

Os RPPS poderão utilizar as informações prestadas pelas administradoras e gestoras dos fundos de investimentos e demais informações disponíveis na internet de conhecimento público ou outros meios disponíveis no mercado acessíveis pelos RPPS (jornais, revistas, órgãos de regulação e controle, agências de rating, associação de entidades do mercado financeiro e de capitais, softwares, dentre outros).

4. CENÁRIOS

1. Resumo de Mercado

O ambiente global segue favorável aos ativos de mercados emergentes, sustentado por uma combinação de crescimento global moderado, expectativas de novaredução dos juros pelo Federal Reserve em dezembro e sinais de resiliência econômica nos EUA e na Europa. Paralelamente, o avanço das negociações comerciais entre líderes globais impulsionou o otimismo dos mercados, levando índices acionários internacionais a renovarem máximas recentes

Apesar desse ciclo positivo, permanecem riscos relevantes:

- A inflação nos EUA segue acima da meta, podendo limitar cortes adicionais pelo Fed;
- A fragilidade fiscal em economias desenvolvidas pressiona juros de longo prazo;
- Tensões entre a administração Trump e o banco central americano geram incertezas;
- Commodities apresentam volatilidade, com possibilidade de queda do petróleo para abaixo de US\$ 60 por barril, o que impactaria países exportadores, como o Brasil

Nesse ambiente, moedas latino-americanas seguem relativamente fortalecidas, e a expectativa de juros globais mais baixos apoia fluxos para emergentes.

2. Panorama Brasil

A economia brasileira mostra desaceleração em outubro de 2025, reflexo da política monetária restritiva. Há queda no ritmo de produção industrial, menor concessão de crédito com recursos livres e arrefecimento de contratações no mercado de trabalho. Ainda assim, a massa de rendimentos reais cresce com força, sustentando o setor de serviços e evitando uma recessão no curto prazo. A estimativa de crescimento do PIB em 2025 permanece em 2,1%, com projeção de 1,7% em 2026, mas com viés de alta decorrente dos estímulos de renda e crédito previstos para o próximo ano.

Do ponto de vista político, o mês é marcado pela atenção sobre apopularidade do presidente Lula e pelos desdobramentos do julgamento de Jair Bolsonaro. No Congresso, o governo tenta avançar em medidas fiscais e de arrecadação para cumprir as metas de 2026, diante da caducidade da MP 1303 e da necessidade de recompor receitas via projetos de lei específicos.

A dívida pública segue em trajetória de alta, projetada para atingir 78,9% do PIB em 2025 e 83,6% em 2026, puxada pelo elevado custo implícito da dívida e pela desaceleração da atividade econômica. Além disso, riscos fiscais aumentam com discussões sobre expansão de programas sociais e pressões sobre despesas obrigatórias.

A inflação apresenta comportamento benigno no curto prazo, com recuo nos preços de bens industrializados e alimentos. O cenário melhora as projeções do IPCA: 4,5% em 2025 e 4,2% em 2026, embora serviços permaneçam pressionados acima da meta devido ao mercado de trabalho aquecido e aos estímulos fiscais previstos.

A política monetária tende a iniciar um ciclo de cortes apenas em 2026, levando a Selic para 12,25% ao fim de 2026, uma redução gradual e condicionada ao equilíbrio fiscal esperado para os próximos anos.

3. Panorama Internacional

O crescimento global segue perdendo força, mas sem sinais de recessão nas economias centrais. A Europa mostra resiliência, e os EUA conseguem manter estabilidade econômica mesmo em meio ao aumento das tensões políticas e institucionais.

O Fed realizou dois cortes consecutivos na taxa de juros e deve aplicar novo corte em dezembro, embora membros da autoridade monetária tenham adotado tom mais cauteloso. A incerteza é ampliada pela paralisação do governo americano (shutdown) e pela ausência temporária de dados macroeconômicos completos.

As negociações tarifárias recentes envolvendo EUA, China e Brasil reduziram temores de uma escalada da guerra comercial. Enquanto isso, investimentos em inteligência artificial permanecem como importante vetor de crescimento mundial.

Contudo, importantes riscos seguem no radar:

- eventual frustração do ritmo de queda dos juros nos EUA;
- fragilidade fiscal das economias avançadas;
- tensões políticas relacionadas à condução do Federal Reserve;
- risco de queda acentuada de commodities, principalmente petróleo e minério de ferro, devido à oferta elevada.

Para mercados emergentes, o ambiente ainda é positivo, mas sujeito a mudanças rápidas caso a política monetária americana adote postura mais dura.

4. Impactos nos Mercados de Renda Fixa

O cenário doméstico de inflação mais baixa, atividade desaquecida e expectativa de estabilização da Selic em cerca de 12% ao longo de 2026 cria ambiente de melhora gradual para títulos prefixados e indexados à inflação. Por outro lado, a deterioração fiscal prevista para 2026 limita a queda das taxas de juros futuras, mantendo as curvas longas pressionadas e exigindo cautela do investidor.

A comunicação do Banco Central indica que o ciclo de cortes não deve começar antes de março de 2026. Isso reforça um cenário de retornos moderados no curto prazo para a renda fixa de duration mais elevada e maior atratividade relativa de títulos atrelados à inflação, dado o risco fiscal persistente.

No mercado internacional, eventuais surpresas hawkish do Fed podem gerar pressão sobre os juros globais, afetando preços de bonds emergentes e custos de captação.

5. Impactos nos Mercados de Renda Variável

Os mercados acionários globais seguem apoiados pela perspectiva de juros menores, pela retomada das negociações comerciais e pelo fluxo para ativos de risco. Esse ambiente favorece bolsas emergentes, mesmo diante da volatilidade das commodities.

No Brasil, empresas ligadas a consumo tendem a ser beneficiadas pela forte expansão da renda real e pelo início previsto de estímulos ao crédito. Por outro lado, setores ligados a bens duráveis e industriais podem seguir enfrentando desaceleração, dada a piora no crédito e no mercado de bens de capital.

A volatilidade permanece elevada, dada a combinação de riscos fiscais internos e incertezas nas políticas monetárias globais. Ainda assim, o ambiente externo e a melhora da inflação doméstica favorecem um cenário construtivo para a renda variável brasileira no médio prazo.

6. Impactos para Investimentos no Exterior

A expectativa de novo corte de juros nos EUA reduz o custo de oportunidade dos investimentos globais e tende a apoiar tanto o mercado acionário quanto parte dos títulos corporativos de maior risco. Contudo, a inflação persistente e as incertezas institucionais limitam a visibilidade de médio prazo.

Para investidores brasileiros, a projeção de câmbio em R\$ 5,40 no fim de 2025 e R\$ 5,50 em 2026 sugere espaço limitado para apreciação adicional do real, reduzindo a probabilidade de perdas cambiais em posições internacionais no longo prazo.

A elevação do Investimento Direto no País (IDP) mostra apetite por ativos brasileiros, mas não elimina a relevância da diversificação internacional, especialmente frente aos riscos fiscais locais. A dinâmica das commodities também influenciará ativos ligados a países exportadores, podendo gerar volatilidade adicional.

5. ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Ata do Comitê/Conselho Deliberativo

Data:

6. ATA DO CONSELHO FISCAL

Ata do Conselho Fiscal

Data: